

boletim conjuntura **B**rasil | 3

NOVEMBRO 2015 | N.3



DESEMPREGO

UM ESPECTRO RONDA O BRASIL E APONTA
PARA O AGRAVAMENTO DA CRISE SOCIAL

Fundação João Mangabeira



boletimconjunturaBrasil

Novembro 2015



Fundação João Mangabeira

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renato Casagrande

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Milton Coelho da Silva Neto

DIRETOR DE CURSOS

Vivaldo Vieira Barbosa

DIRETOR FINANCEIRO

Renato Xavier Thiebaut

DIRETOR DE ASSESSORIA

Jocelino Francisco de Menezes

CONSELHO CURADOR

Membros Titulares

PRESIDENTE

Carlos Siqueira

Luiza Erundina de Sousa

Serafim Corrêa

Dalvino Troccoli Franca

Kátia Born

Álvaro Cabral

Adilson Gomes da Silva

Eliane Novais

Paulo Afonso Bracarense

Manoel Alexandre

Bruno da Mata

James Lewis

Silvânio Medeiros dos Santos

Francisco Cortez

Gabriel Gelpke

Joilson Cardoso

CONSELHO CURADOR (SUPLENTE)

Jairon Alcir do Nascimento

Paulo Blanco Barroso

Felipe Rocha Martins

Henrique José Antão de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

CONSELHO FISCAL (SUPLENTE)

Marcos José Mota Cerqueira

Dalton Rosa Freitas

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2015

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL

Renato Casagrande

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Márcia Rollemberg

PESQUISA E TEXTO

César Benjamin

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Handerson Siqueira

PROJETO GRÁFICO

Traço Design

CAPA

“El Cuarto Estado”, Giuseppe Pellizza da Volpedo

IMPRESSÃO

TC Gráfica

TIRAGEM

5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Versão impressa e eletrônica

Acesso e *download*

<http://www.tvjoaomangabeira.com.br/boletimconjunturabrasil>

Fundação João Mangabeira



Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 casa 2

CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279

www.fjmangabeira.org.br

www.tvjoaomangabeira.org.br

www.facebook.org/Fjoaomangabeira - twitter.org/fj_mangabeira

O desequilíbrio social no Brasil pode se agravar nos próximos meses.

A recessão afundou a atividade produtiva e foi a principal responsável pelo fechamento de mais de 800 mil postos de trabalho de janeiro a outubro deste ano.

O desemprego deu um salto, e a tendência é o agravamento da situação a partir do primeiro semestre do próximo ano. O revés vai se tornar mais visível quando essa massa de trabalhadores que foi deslocada para a informalidade esgotar os benefícios trabalhistas, especialmente o seguro-desemprego.

Além disso, parte da população economicamente ativa (PEA) que, por opção, havia se retirado do mercado de trabalho perde essa possibilidade e aumenta a fila dos desempregados. Esse ciclo negativo compromete ainda mais as receitas da Previdência. A redução do emprego formal afetou a contribuição previdenciária e aumentou o déficit nas contas públicas.

As “pedaladas fiscais” praticadas pelo governo federal maquiaram as finanças, iludiram a população que acreditava no crescimento equilibrado e, agora, enterram a confiança depositada nas últimas eleições. A inflação corrói o poder de compra. A disparada nos preços de produtos, mais demissões e a alta dos juros completam o cenário desfavorável para a retomada dos investimentos privados. Nem mesmo o final do ano, período favorável para criação de vagas, está sendo capaz de reverter o quadro de aumento do desemprego.

Podemos chegar a mais de um milhão de pessoas demitidas em 2015.

O governo não tem força para propor medidas que apontem um horizonte mais seguro. Com isso, investimentos e novas oportunidades são adiadas, suspensas e perdidas, jogando o país em um círculo vicioso. As falhas do passado impuseram ao Brasil uma depressão econômica. Um ajuste fiscal equivocado e

conservador, com posições políticas tímidas e ineficazes, impede um futuro que faça as pessoas ousarem em busca dos seus sonhos, em busca do pleno emprego.

RENATO CASAGRANDE

Presidente da Fundação João Mangabeira.







Houve uma inflexão na crise social brasileira em outubro. Até então, por diversos motivos, a queda no PIB ainda não se traduzia integralmente em desemprego. Isso acabou. Quase 170 mil postos de trabalho com carteira assinada desapareceram nesse mês, que tradicionalmente é um período de contratações, não de dispensas. O desemprego se espalhou por todos os setores, incluindo comércio e serviços, e está mudando de patamar. As consequências disso serão percebidas daqui a quatro ou cinco meses, quando a renda dos desempregados (FGTS, multa, décimo terceiro etc.) terminar. Ainda não chegamos ao fundo do poço.

A CRISE SOCIAL SE AGRAVA

A TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO DEVE ATINGIR DOIS DÍGITOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016. EM NOVEMBRO DE 2015, QUASE 20% DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS ESTAVAM PROCURANDO EMPREGO, SEM ÊXITO.



Contrariando a tendência sazonal, o desemprego deu um salto em outubro de 2015, com o fechamento de 169 mil postos de trabalho formais na comparação com o mês anterior. Foi o pior resultado para esse mês desde 1992.

Isso sugere que estamos a caminho de um agravamento dos problemas sociais brasileiros, pois a partir do Natal a sazonalidade passará a intensificar essa tendência. No primeiro semestre de 2016 a nova leva de desempregados sentirá pesadamente a queda na renda, pois a multa rescisória, a retirada do FGTS, o décimo terceiro salário (integral ou proporcional) e o seguro-desemprego atenuam o problema durante os primeiros quatro ou cinco meses, findo os quais os efeitos do desemprego se tornam plenos.

Entre janeiro e outubro de 2015 desapareceram 818 mil postos de trabalho com carteira assinada. A queda vem se generalizando entre os setores (incluindo, além da indústria, a construção civil, os serviços e o comércio) e as regiões (atingindo quase todos os estados). Somente Alagoas, Sergipe, To-

cantins e Mato Grosso do Sul não acompanharam a tendência geral em outubro.

Os dados da PNAD Contínua do IBGE, divulgados no final de novembro, mostram um desemprego de 8,9% na média do país, atingindo mais de 10% em onze estados e 19,7% entre os jovens de 18 a 24 anos. No recorte por regiões, o Nordeste lidera, com 10,8% de desempregados, mas a piora mais intensa ocorreu no Sudeste, que concentra 44% da nossa força de trabalho: em apenas um ano, a taxa passou ali de 6,9% para 9%.

A grande maioria dos atingidos migrou para a informalidade, com rendimentos menores e sem a cobertura da legislação trabalhista. A massa salarial injetada nas seis regiões metropolitanas mais importantes – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife – caiu 10,4% em 2015, o que significa menos R\$ 5,8 bilhões em circulação nessas regiões todos os meses. Elas passaram a abrigar 1,9 milhão de pessoas que procuram trabalho ativamente, 67,5% mais do que um ano antes. Entre essas pessoas, 37% são jovens adultos, com 25 a 39 anos, e 26% não completaram o ensino fundamental. Estes são os mais vulneráveis.



Figura 1

Varição semestral do nível de ocupação por setor de atividade

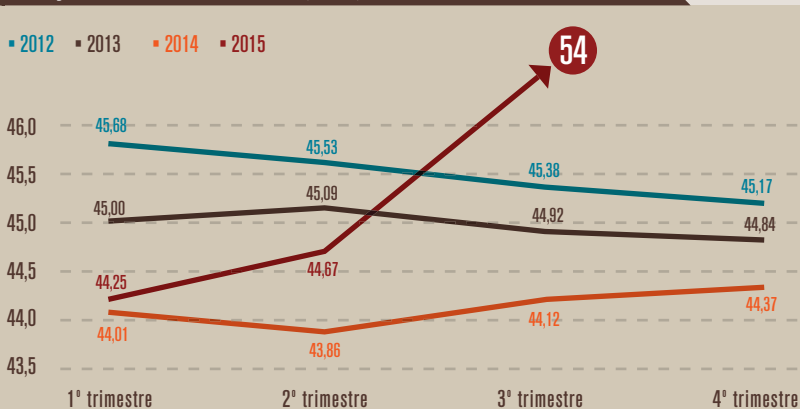


Fonte: Caged / MTE

A comparação entre os primeiros semestres de 2014 e de 2015 mostra como a tendência ao desemprego vem se generalizando entre os setores da economia, com exceção da agropecuária. O nível de ocupação despenca na indústria, na construção civil, no comércio e nos serviços. A situação piorou no segundo semestre de 2015.

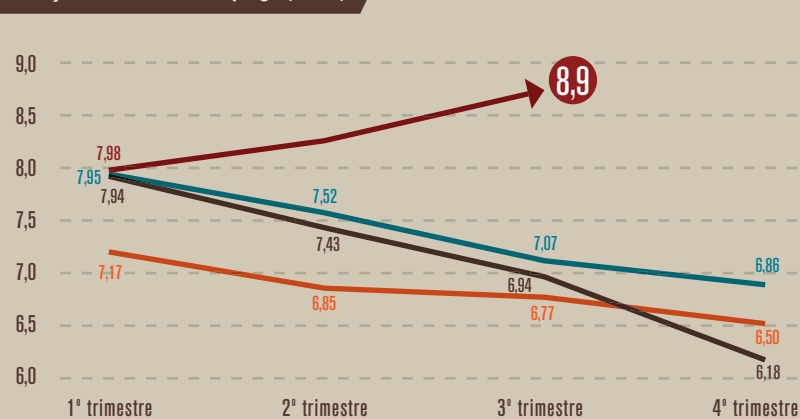
Figura 2

Evolução da taxa de informalidade (em %)



O primeiro semestre de 2015 provocou uma mudança de tendência em relação aos anos anteriores, com um acentuado crescimento do trabalho sem carteira assinada e do desemprego. A nova tendência se manteve no segundo semestre.

Evolução da taxa de desemprego (em %)



Fonte: PNAD Contínua / IBGE

Figura 3

Saldo de vagas no acumulado do ano (em milhares), de 2002 a outubro de 2015



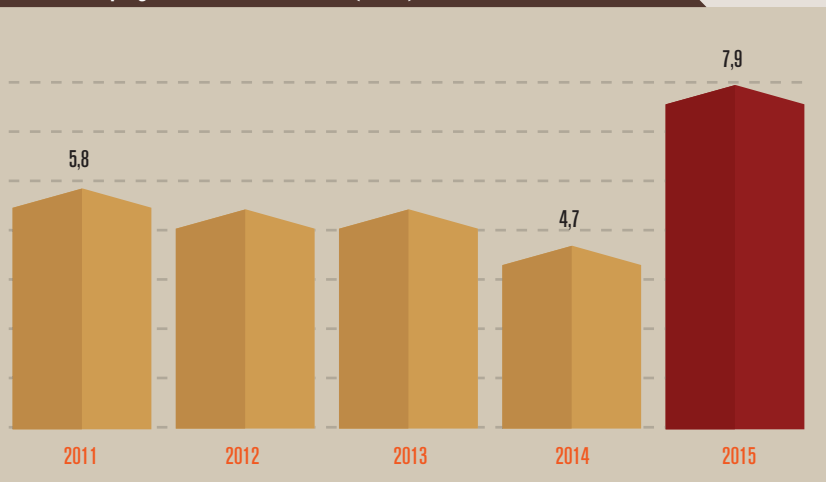
Fechamento de vagas por setor (em milhares) entre janeiro e outubro de 2015



Fonte: Caged / MTE

Figura 4

Taxa de desemprego nos meses de outubro (em %)



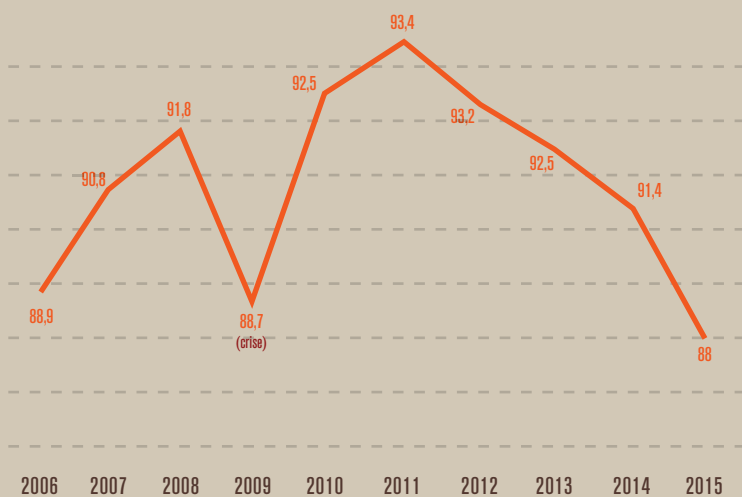
Fonte: PME / IBGE

A economia brasileira criou empregos com carteira assinada entre 2002 e 2014. A queda do crescimento a partir de 2011 não impediu isso. Em 2005, porém, aparece um saldo negativo de 820 mil empregos, que se distribui por todos os setores da economia, com exceção da administração pública e da agricultura.

Outubro de 2015 inicia uma escalada na taxa de desemprego, que seguramente chegará aos dois dígitos no primeiro semestre de 2016.

Figura 5

Diferença salarial entre demitidos e novos contratados (em %)



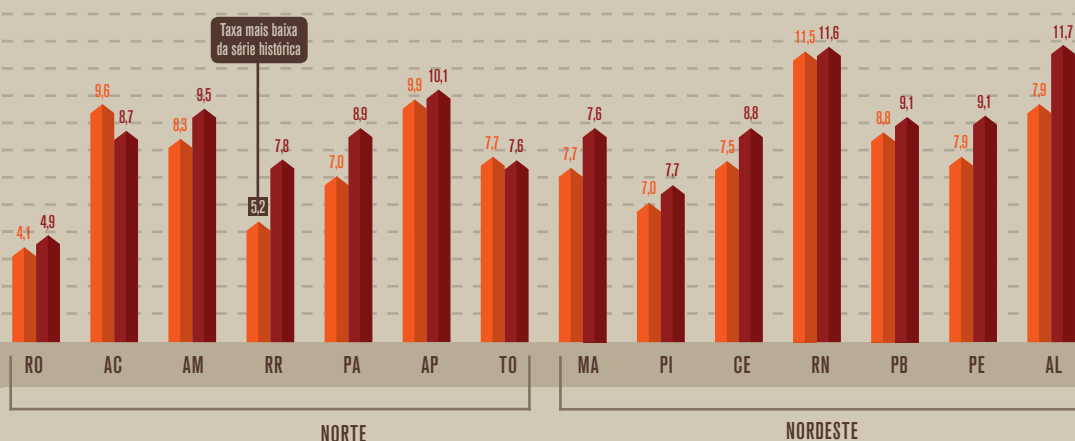
Fonte: Caged / MTE

Entre janeiro e outubro de 2015 desapareceram 688 mil empregos na faixa de 1,5 a 3 salários mínimos. No mesmo período foram criados 190 mil empregos com salários até 1,5 salário mínimo. Isso ocorre porque o trabalhador admitido recebe, em média, 88% do salário do trabalhador demitido.

Figura 7

Varição semestral da taxa de desemprego (em %) por estado

■ 2º tri./2014 ■ 2º tri./2015



Taxa média de desemprego por região
2º tri./2015

8,5%

Em 2014: 7,2%

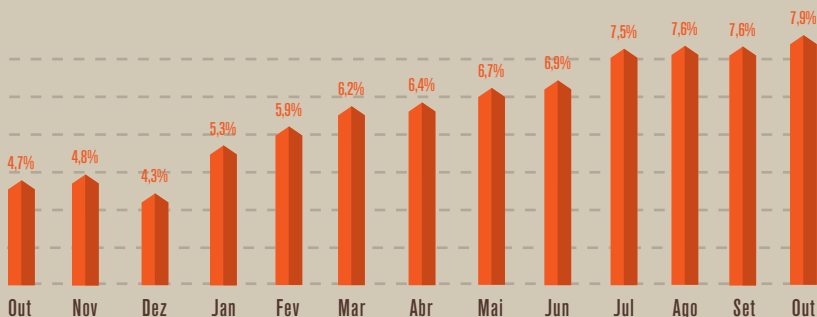
10,3%

Em 2014: 8,8%

Figura 6

Evolução da taxa de desemprego em um ano (em %)

A taxa de desemprego se mantém ascendente desde dezembro de 2014. As projeções mostram que ela atingirá dois dígitos no primeiro semestre de 2016.



67,5%

Foi o aumento do número de desempregados nos últimos 12 meses, a maior alta de toda a série histórica, iniciada em março de 2002

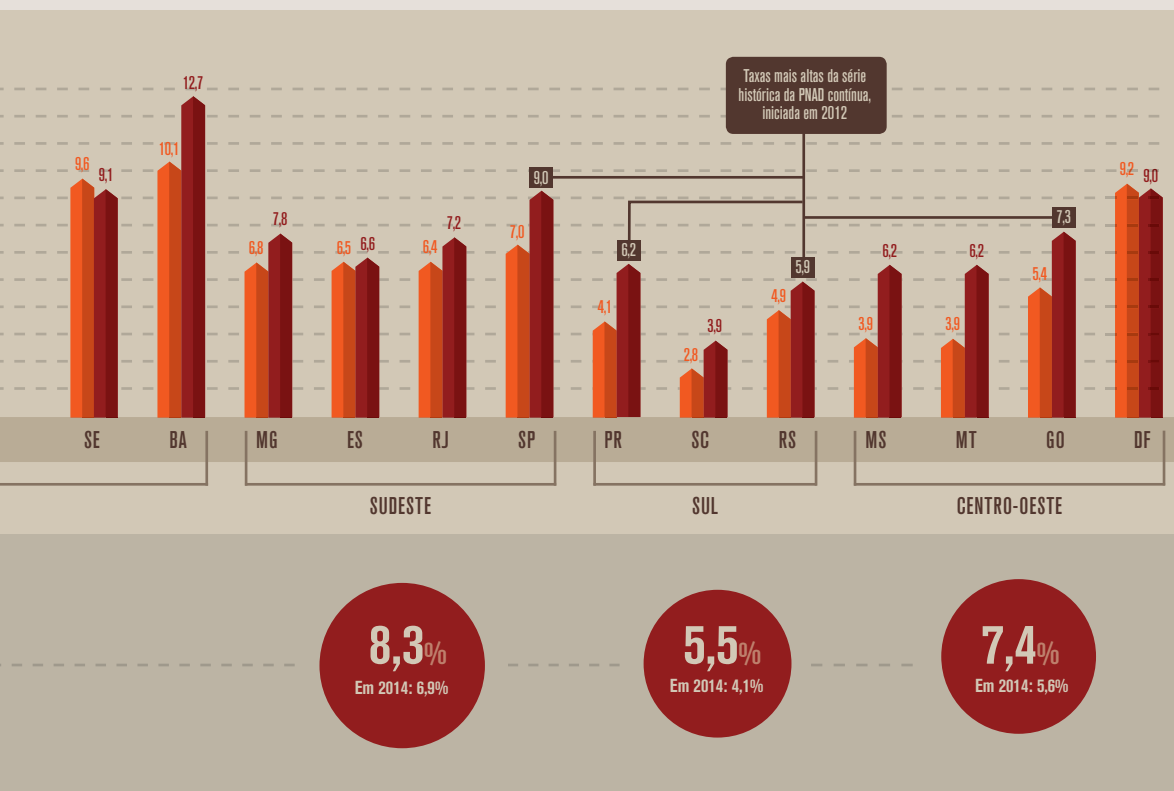
7%

É a queda do rendimento médio na comparação com outubro de 2014

3,2 pontos percentuais

É a alta da taxa de desemprego, a maior da história no período de um ano.

Fonte: PME / IBGE



Fonte: PNAD Contínua / IBGE

A INVERSÃO DE TENDÊNCIAS

COM A QUEDA NA RENDA FAMILIAR, MAIS GENTE PROCURA EMPREGO. COM A RECESSÃO, MENOS VAGAS ESTÃO DISPONÍVEIS. FORMOU-SE UM QUADRO DESFAVORÁVEL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

O crescimento da economia brasileira foi cadente nos últimos anos, com estagnação em 2014. Mesmo assim, o desemprego se manteve baixo até esse ano. Diversas causas, estruturais e conjunturais, podem ter concorrido para isso. Entre as primeiras, destaca-se a entrada do país na última fase da transição demográfica (ver “O que é transição demográfica”). Entre as segundas, duas parecem ser as principais.

A primeira: com o aumento da renda familiar na primeira década do século XXI, considerável número de pessoas se retirou do mercado de trabalho, fazendo com que a População Economicamente Ativa (PEA), formada por indivíduos de quinze anos ou mais, empregados ou procurando emprego, tenha diminuído como proporção da População em Idade Ativa (PIA), formada por todos os indivíduos de quinze anos ou mais. Se essa proporção tivesse se mantido estável nos valores de 2004, a taxa de desemprego teria

atingido 10%, em vez de apenas 6%, entre 2011 e 2012.

A segunda: mesmo enfrentando dificuldades, muitas empresas decidiram reter mão de obra, especialmente a parcela mais bem treinada e mais qualificada. O custo de despedir esses trabalhadores, para depois recontratar outros na fase de recuperação, era maior do que o custo de mantê-los, mesmo que eles estivessem sendo subutilizados.

Tudo indica que esses fatores, que até aqui ajudaram a conter o aumento do desemprego, perderam eficácia. Com o aperto na renda familiar, as pessoas tendem a se reapresentar no mercado de trabalho. Com o aprofundamento da recessão, que – hoje sabemos – será prolongada, as empresas optam por demissões.

O problema se tornará mais grave daqui por diante. O impacto disso sobre a crise social brasileira será plenamente percebido no primeiro semestre de 2016.

O que é transição demográfica

O crescimento da população resulta da combinação de duas taxas, a de mortalidade e a de natalidade. Antes da modernidade, ambas eram muito altas. Disso resultava uma dinâmica demográfica irregular, que no longo prazo acabou sendo lentamente positiva.

Esse padrão se modificou: no mundo contemporâneo, mortalidade e natalidade tendem a ser baixas. Com os avanços da medicina, o controle das causas básicas da mortalidade infantil e a generalização de procedimentos de higiene básica, a mortalidade caiu. Por outro lado, a urbanização, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, a ampliação do acesso a dispositivos anticoncepcionais derrubam a natalidade.

O resultado, do ponto de vista quantitativo, é semelhante: assim como no mundo pré-moderno, nos países desenvolvidos o crescimento populacional também é baixo ou nulo, às vezes negativo. Isso quer dizer que nas situações que representam passado e futuro há uma relativa estabilidade da população. Porém, o processo de transição entre as duas é assimétrico: as quedas na mortalidade são rápidas, em muitos casos espetaculares; as quedas na natalidade são bem mais lentas.

Há, pois, um período chamado “transição demográfica”, em que o crescimento da população se acelera – dando lugar, muitas vezes, a temores de uma “explosão demográfica” –, antes de se estabilizar em novos patamares.

Essa estabilização é inevitável. Na primeira fase da transição, a dinâmica populacional é comandada pela mortalidade em queda. A expectativa de vida sobe muito, a mortalida-

de infantil cai de várias centenas para poucas dezenas por mil nascidos vivos, ou ainda menos. Em algum momento, porém, a mortalidade se estabiliza de novo. Eliminadas as grandes endemias, generalizadas a higiene pessoal e a assistência médica, novos ganhos nessa taxa tornam-se muito difíceis e lentos. Depois do salto, a vida média estaciona entre setenta e oitenta anos. As tendências demográficas se tornam então cada vez menos dependentes das variações da mortalidade, e a natalidade volta a ser o fator decisivo. Como ela continua caindo, a tendência se altera, e a população tende a se estabilizar.

Esse processo é mais rápido nos países que começaram a transição tardiamente, como o Brasil. Aqui, a mortalidade começa a cair em torno de 1870, e a queda se acelera nas décadas de 1930 e 1940. Por isso, o país experimenta taxas de crescimento populacional de 3% ao ano na década de 1960. A partir daí, a natalidade cai rapidamente, de modo que o processo que levou alguns séculos na Europa ocorre no Brasil em poucas décadas. Nosso crescimento populacional já é fortemente declinante e atingirá a taxa de reposição, na qual a população se estabiliza, em torno de 2040, com cerca de 240 milhões de habitantes. Entramos na fase final da transição demográfica.

Além de alterar as taxas de crescimento, esse processo altera a distribuição etária da população, diminuindo a proporção de crianças e jovens, e aumentando a de idosos. Menos gente se apresenta no mercado de trabalho. O desemprego tende a diminuir, enquanto o problema dos sistemas previdenciários tende a crescer.

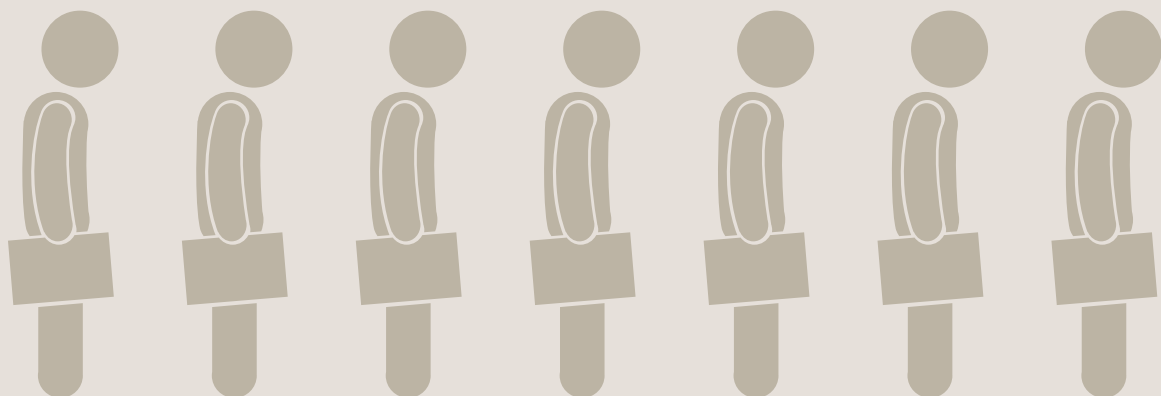
RECESSÃO PROLONGADA

AINDA NÃO É POSSÍVEL ENXERGAR COMO A CRISE ECONÔMICA SERÁ SUPERADA. OS CAMINHOS TRADICIONAIS — AUMENTO DO CONSUMO, DOS INVESTIMENTOS OU DAS EXPORTAÇÕES — ESTÃO BLOQUEADOS.

Os jovens que ingressaram na vida laborativa nos últimos dez anos começam a experimentar uma situação que, para eles, é inédita. Pois entre 2004 e 2014 o mercado de trabalho brasileiro evoluiu favoravelmente aos trabalhadores, com queda contínua nas taxas de desemprego, que chegou a atingir seus mínimos históricos, e maior formalização nas relações entre empregados e patrões. O percentual de trabalhadores do setor privado com

carteira assinada subiu de 39,7% em 2004 para 50,8% em 2014, e a renda média desse contingente aumentou 16,5% no mesmo período, em termos reais, com destaque para o Nordeste (30,9%).

Esse círculo virtuoso que relacionava aumentos da renda, do emprego e da formalização do trabalho está dando lugar a um círculo vicioso, em que todos esses parâmetros caem de forma igualmente sincronizada: na medida



em que a renda familiar diminui, cai a demanda por bens e serviços, e as empresas passam a desempregar. Em paralelo, e pelo mesmo motivo, mais pessoas se apresentam no mercado de trabalho, especialmente os jovens. Essa busca mais precoce por trabalho, por sua vez, tende a diminuir o nível de escolaridade e a afetar negativamente a qualificação da força de trabalho no futuro.

Se mais pessoas procuram trabalho num contexto de corte de vagas, o resultado é mais desemprego. Essa reversão para um mercado de trabalho desfavorável será muito dura, trazendo em si grande potencial de conflito.

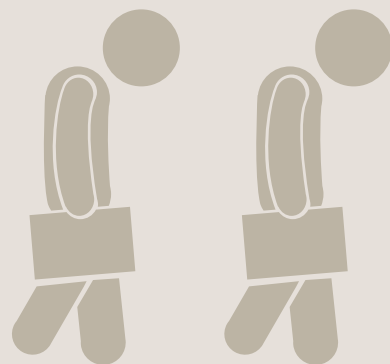
Como agravante, ainda não se pode ver como será revertida a atual recessão, pois nenhum dos três caminhos possíveis – aumento do consumo, do investimento ou das exportações – está disponível. Vejamos por quê.

1. Com desemprego em ascensão, inflação alta e queda na renda, não se deve esperar um incremento do consumo, o que foi muito importante no

período anterior. Nem mesmo uma nova rodada de expansão do crédito teria esse efeito, pois o nível de endividamento das famílias passou de 18% de sua renda anual em 2005 para 46% em 2015, com grande concentração em dívidas de longo prazo. Mesmo que haja um rendimento adicional ou crédito novo, eles serão usados preferencialmente para quitar prestações em atraso ou rolar dívidas já existentes.

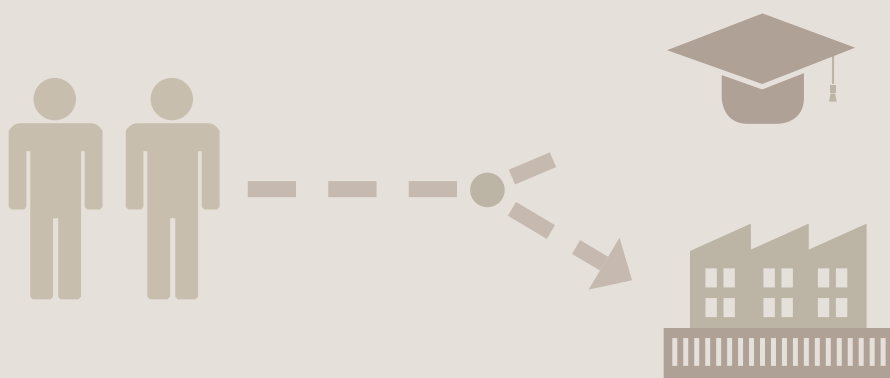
2. O investimento público despençou em 2015 e está quase completamente paralisado, enquanto o investimento privado está em queda há cinco trimestres. Os índices de confiança da indústria, do comércio e dos serviços continuam nos menores valores da série histórica.

3. As exportações serão impulsionadas pela desvalorização do real, mas em um contexto de queda nos preços dos principais produtos brasileiros. O aumento em *quantum* e a queda em valor tendem a se compensar.



A REORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO, DO GOVERNO FEDERAL, É POSITIVO, MAS INSUFICIENTE. O PROJETO QUE LIBERA AS TERCEIRIZAÇÕES, APROVADO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS, É UM ERRO GRAVE.



O desemprego atingirá os dois dígitos, na média nacional, no primeiro semestre de 2016. Essa dramática alteração nas condições do mercado de trabalho é um dos componentes mais preocupantes da situação brasileira atual. Com o aumento da desocupação, a relação de direitos e deveres que une os indivíduos e a sociedade se enfraquece, a renda cai, a autoestima das pessoas diminui, mais famílias vivem situações de desagregação e mais jovens são empurrados para o mercado de trabalho, o mais das vezes de forma infrutífera, com prejuízo da formação escolar.

Por isso, quando as sociedades se confrontam com um rápido aumento das taxas de desemprego, espera-se que os governos atuem, alterando as políticas macroeconômicas e adotando medidas específicas. Nos últimos meses, Executivo e Legislativo caminharam em direções diferentes, o primeiro instituindo o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e o segundo discutindo um projeto de lei que, se aprovado, dissemina relações arcaicas de trabalho em nome de um suposto aumento da competitividade.

Criado em julho deste ano, o PPE abriu, sob determinadas condições,

a possibilidade de redução temporária da jornada de trabalho em até 30%, com redução de salários. As empresas que participam desse acordo ficam impedidas de realizar demissões sem justa causa, e o governo federal usa recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para mitigar a perda salarial. Mesmo assim, o efeito fiscal tende a ser positivo, ao se manter o recolhimento de impostos e diminuir as despesas com o seguro-desemprego.

As empresas aderentes ao programa conseguem evitar os custos associados a demissões – e posteriores contratações e treinamentos –, enquanto esperam a retomada da atividade econômica. Os trabalhadores, por sua vez, preservam os empregos, mas com um salário menor; se desejarem, podem usar o tempo livre para buscar um novo trabalho, sem que estejam desempregados. Embora os resultados em outros países não sejam uniformes, a literatura internacional registra mais casos de êxito que de fracassos em programas desse tipo, usados como instrumento temporário para amortecer os impactos sociais das crises econômicas.

Até novembro, o programa havia atingido cerca da metade de sua meta para o ano, com a adesão de 37 empresas e 33 mil trabalhadores. Havia mais 43 pedidos em análise, para 10 mil trabalhadores. Um resultado positivo, mas de alcance limitado, como se vê.

A Câmara dos Deputados caminhou na direção contrária, ao aprovar o Projeto de Lei 1.133, agora em debate no

Senado. Ele pode alterar profundamente as condições do mercado de trabalho no país, abrindo as portas para uma terceirização maciça de trabalhadores. É fácil ver quais as consequências.

- o salário dos terceirizados é, em média, 24% menor que o dos empregados formais;
- os terceirizados não gozam de benefícios, como participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas, nas empresas em que esses benefícios existem;
- os terceirizados trabalham, em média, três horas a mais por semana do que os empregados fixos;
- a cada dez acidentes de trabalho, oito atingem trabalhadores terceirizados;
- a rotatividade é muito maior entre os terceirizados.

A transformação desse projeto em lei seria, pois, um enorme retrocesso nas relações de trabalho, realizada em nome da velha busca de uma competitividade espúria, obtida por meio da degradação do trabalho, típica do subdesenvolvimento. A lista de críticas a tal projeto é enorme.

Há o aspecto constitucional: o artigo 5 da Constituição Federal só admite distinção entre pessoas na mesma situação jurídica quando houver justificativa razoável. A aplicação desse artigo, no caso de que tratamos, impõe que duas pessoas que prestam regularmente o mesmo serviço a uma empresa, nas mesmas condições, devem receber o mesmo tratamento, en-

Aprovado na Câmara, está no Senado o projeto que estimula a terceirização da mão de obra. Ele agride a Constituição, enfraquece o movimento sindical, desvaloriza o trabalho, inibe a ação fiscalizadora do Estado e estimula o desemprego.

quadradas, naturalmente, nos termos da legislação em vigor, a Consolidação das Leis do Trabalho. A terceirização de atividades-fim quebrará essa isonomia constitucional. Uma mesma empresa passará a estabebelecer relações qualitativamente distintas com trabalhadores que nela realizam as mesmas funções.

Há o impacto sobre o movimento sindical: o artigo 8 da Constituição, secundado pelo artigo 511 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, define que os sindicatos dos trabalhadores só podem negociar com os sindicatos dos seus empregadores. Havendo terceirização nas atividades-fim, um mesmo grupo profissional, trabalhando numa mesma empresa, ficará dividido entre diversos empregadores e não poderá participar das mesmas negociações sobre salários, benefícios e condições laborais.

Há desvalorização do trabalho. É óbvio que a empresa principal só contratará a empresa terceirizadora se isso reduzir os seus custos. Também é óbvio que a empresa terceirizadora, por sua vez, repassará ao trabalhador apenas parte do que recebeu. Assim, a redução de custos se fará, necessa-

riamente, à custa do salário do trabalhador. É um jogo de soma negativa, no qual o trabalhador sempre perde. O Projeto de Lei 1.133 permite também que uma empresa individual funcione como prestadora de serviços, atribuindo ao trabalhador a dupla condição de empresa e de trabalhador terceirizado, o que escancara as portas para a burla dos direitos trabalhistas.

Há inibição da ação fiscalizadora do Estado, pois admite que a empresa terceirizada também faça contratações terceirizadas, permitindo a "quarteirização", a "quinteirização" e por aí adiante, em cascata. Nesse contexto, as fraudes aos direitos trabalhistas só tendem a aumentar. A Justiça do Trabalho já lida hoje com milhares de processos em que trabalhadores terceirizados sequer conseguem localizar as empresas contratantes, que simplesmente desaparecem.

Há estímulo ao desemprego: conceder às empresas a possibilidade indiscriminada de trocar mão de obra contratada por terceirizada, com salários menores e jornadas maiores, dará grande impulso ao desemprego, que já está crescendo. Pois as jornadas de trabalho dos terceirizados, como vimos, é maior que as dos empregados fixos. Estudo do Dieese calcula que se os atuais terceirizados fossem contratados e passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os empregados fixos seriam criadas, imediatamente, 880 mil novas vagas. É a contratação direta, e não a terceirização, que cria mais empregos.



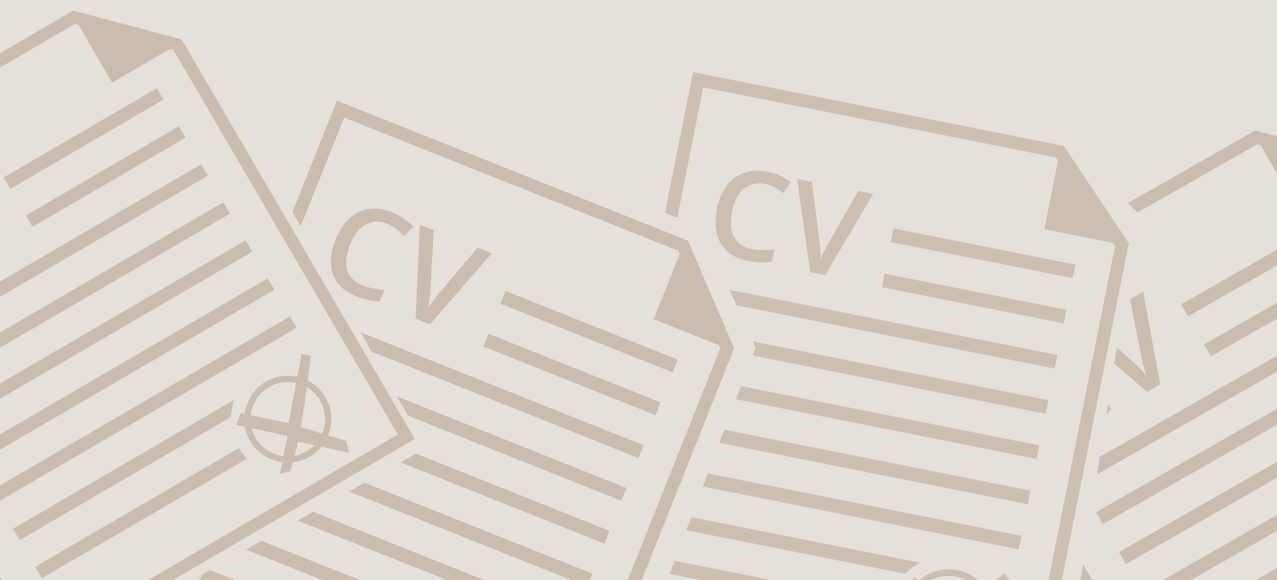
INTERPRETAÇÕES EQUIVOCADAS

O DESEMPREGO NÃO PODE SER EXPLICADO NEM PELA QUALIDADE DA MÃO DE OBRA, NEM PELO CUSTO DAS CONTRATAÇÕES, NEM PELO AVANÇO TECNOLÓGICO. E NÃO É UM FENÔMENO EXCLUSIVO DAS METRÓPOLES.

Quatro interpretações equivocadas sobre o desemprego são muito comuns.

A primeira destaca a baixa qualidade da força de trabalho brasileira. Esse fator existe, mas deve ser ponderado. Em primeiro lugar, não se deve esvaziar o conteúdo social do problema (a baixa oferta de emprego) para remetê-lo ao universo individual das pessoas afetadas (sua baixa "empregabilidade"). Além disso, a menos de setores pequenos, de alta tecnologia, que de-

mandam pouca gente, há uma simetria entre a baixa capacitação do trabalhador médio brasileiro e o nível de qualificação do trabalho que a economia brasileira vem demandando. As estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho mostram o seguinte: o brasileiro ou brasileira que perde o emprego é, majoritariamente, uma pessoa de 35 a 45 anos de idade, chefe de família, com experiência profissional e com algum grau de qualificação (ope-



rador de máquinas, motorista, ferramenteiro, bancário etc.). Quando procuramos saber que tipo de empregos a economia brasileira criou, verificamos pela mesma RAIS que eles estão nos serviços que demandam baixa qualificação (balconistas, vigilantes, vendedores etc.). Não se pode dizer que, em geral, a força de trabalho brasileira seja desqualificada, quando usamos como referência o tipo de emprego que tem sido criado no Brasil, cuja economia tem fortalecido o setor terciário não vinculado à produção e aceitado uma inserção primário-exportadora no sistema internacional.

A segunda interpretação destaca o custo elevado da contratação de mão de obra, pelo suposto excesso de encargos sociais que incidem sobre a folha

salarial. Alguns cálculos indicam que esses encargos representam 102% dos salários, mas eles estão errados, pois consideram como encargos o descanso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro etc. Em todo o mundo, consideram-se encargos apenas as contribuições destinadas a fundos coletivos que financiam políticas gerais, como a Previdência e o Senai. Tudo o que é apropriado pelo próprio trabalhador é parte do seu salário. Se fizermos as contas respeitando os critérios internacionais, chegaremos a uma relação de apenas 25% entre encargos e salários no Brasil. Além disso, o que é relevante para determinar o investimento é o custo total do trabalho, que se mantém idêntico nas duas contas. Esse custo é notoriamente baixo no Brasil, seja qual for o cri-

As métricas do desemprego

Quatro pesquisas mensuram o desemprego no Brasil. Embora todas capturem as mesmas tendências, os resultados diferem, pois as metodologias, os períodos e a abrangência geográfica de cada uma não são iguais.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre – em uma amostra probabilística de domicílios. Inclui todos os integrantes da população economicamente ativa: trabalhadores com carteira (tanto do setor privado como do setor público), informais, por conta própria, domésticos, emprega-

dores e gente que trabalha no seio da família, mesmo sem remuneração. Não capta o desemprego oculto, seja pelo desalento (quando o desempregado interrompeu, mesmo temporariamente, a busca de uma nova vaga), seja pelo trabalho precário (quando o desempregado está fazendo um “bico”). Além disso, considera ocupadas todas as pessoas que tiverem realizado algum trabalho na semana anterior à da pesquisa. Em outubro, a PME apontou uma taxa de desemprego de 7,9%.

Iniciada pelo IBGE em 2012, a PNAD Contínua pesquisa o mercado de trabalho em cerca de 3.500 municípios. Antes de ela ser implementada, os da-

tério adotado para determinar o que salário e o que é encargo.

Na terceira interpretação, o desemprego é apresentado como um subproduto do avanço tecnológico, o que permite considerá-lo, implícita ou explicitamente, como sendo um aspecto problemático de um processo essencialmente desejável e virtuoso. Daí a ideia de sua inevitabilidade. Isso também é falso. Modernização técnica e emprego não são necessariamente contraditórios, sempre que a produtividade e a produção crescerem em paralelo. Foi o que ocorreu no Japão no segundo pós-guerra: elevadas taxas de crescimento do PIB permitiram compatibilizar, por décadas, significativos ganhos de produtividade e taxas de desemprego muito baixas. Se a produção crescer junto com

a produtividade, o nível de emprego se mantém. Se crescer mais, o nível de emprego aumenta.

A quarta interpretação é a de que o desemprego crescente é uma situação típica das metrópoles, que não se repetiria no conjunto do país. Trata-se de outro equívoco. Os Censos e, mais recentemente, a PNAD Contínua – ambos com agrangência nacional –, apuram invariavelmente taxas de desemprego maiores que as Pesquisas Mensais de Emprego (PMEs), circunscritas a seis regiões metropolitanas (ver “As métricas do desemprego”).

É hora de observarmos, finalmente, como as três grandes escolas de economia interpretam o fenômeno do desemprego e que soluções apresentam.

dos nacionais sobre o mercado de trabalho só eram coletados uma vez por ano, pela PNAD, e a divulgação dos resultados ocorria com grande defasagem. Agora, a PNAD Contínua apresenta mensalmente dados calculados para trimestres móveis, com informações dos três meses anteriores. A última pesquisa, divulgada em outubro, apontou uma taxa de desemprego de 8,9% no país, equivalente a 9 milhões de pessoas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é feita pelo Dieese e a Fundação Seade na forma de um levantamento domiciliar realizado mensalmente. Começou em 1984 na Região Metropolitana de São Paulo e a partir de 1987 passou a abranger Distrito Federal, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza. Ao contrário da PME, a PED inclui o desemprego oculto por desalento e por tra-

balho precário. Por isso, apresenta taxas maiores. A última pesquisa, realizada em outubro, apontou uma taxa de desemprego de 14,3% na Região Metropolitana de São Paulo.

Por fim, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, recebe das empresas, mensalmente, os dados de admissões e demissões de trabalhadores cujos contratos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por isso, não inclui vagas informais, trabalhadores por conta própria e funcionários públicos. O levantamento tem abrangência nacional, e o período de referência é o mês anterior à divulgação dos resultados. O cadastro é um instrumento de suporte a políticas de emprego, seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

EPÍLOGO TEÓRICO: A MAIS BELA SOLUÇÃO

AS TRÊS MAIS IMPORTANTES ESCOLAS DE ECONOMIA PROPÕEM INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS DIFERENTES PARA O FENÔMENO DO DESEMPREGO. AS SOLUÇÕES TAMBÉM NÃO SÃO AS MESMAS.

Visto em perspectiva histórica, desemprego crônico é uma anomalia. Nenhuma sociedade antiga condenou grupos significativos de seus integrantes a uma existência desprovida de função. No mundo contemporâneo, porém, parte da população não consegue encontrar um lugar social definido. Parece um problema insolúvel, que, com a crise, volta a crescer. Pelo menos três escolas, em economia, abor-

daram teoricamente a questão.

Para os neoclássicos, os fatores de produção (entre eles o trabalho) são usados até o ponto em que o seu custo iguala a sua produtividade marginal (ou seja, a produtividade da última unidade aproveitada). Se há desemprego, então o custo do trabalho está maior que sua produtividade marginal. É preciso ajustar as duas variáveis. Como a produtividade é relativamen-



te rígida no curto prazo, o ajuste se faz pela redução dos salários. Se pressões políticas ou sindicais impedirem esse movimento, o mercado de trabalho funcionará de forma imperfeita, com desemprego.

Keynes introduz outra abordagem. Demonstra que, no capitalismo, o pleno emprego dos recursos tende a gerar mais bens do que a quantidade que se consegue vender. Os empresários param de produzir (e de contratar) quando a oferta iguala a demanda, pois a partir daí cessa a possibilidade de lucro. Como esse ponto de intercessão é atingido antes do uso de todos os recursos disponíveis, o equilíbrio entre oferta e demanda de bens se estabelece antes de se chegar ao pleno emprego. Por isso, Keynes defende políticas para estimular a demanda e, coerentemente, afirma que a redução dos salários só agrava o problema.

A terceira abordagem é de Karl Marx. Para aumentar a produção de valor, ele diz, o capital precisa comandar parcelas crescentes da capacidade de trabalho da sociedade. Desprovidas de alternativas próprias de sobrevivência, as pessoas devem ingressar nas atividades produtivas controladas pelo capital em troca de um salário. Nessas atividades, porém, o progresso técnico incessante expele cada vez mais gente. Assim, agem juntas duas tendências que têm efeitos contraditórios: uma incorpora trabalhadores à esfera capitalista da atividade econômica, a outra lança trabalhadores na rua. A maioria da população passa a ser assalariada, mas parte dela se torna

excedente, em um movimento contínuo. Marx considerou esse "exército industrial de reserva" como um componente estrutural da nova sociedade. Pois, graças a ele, o recrutamento de força de trabalho, necessário nos ciclos expansivos, não fica limitado pela taxa de crescimento vegetativo da população, que é declinante.

Diferentes abordagens, diferentes propostas. A primeira afirma que os mercados se autorregulam e, deixados por sua própria conta, tendem a um ponto de equilíbrio em que a alocação dos recursos, inclusive do trabalho, tende a tornar-se plena. A segunda aponta que o equilíbrio entre oferta e demanda de bens, de um lado, e o pleno emprego, de outro, em geral não coincidem, o que exige políticas voltadas para incrementar a demanda. A terceira diz que, ao atrair e repelir força de trabalho na esfera produtiva, o capitalismo produz uma população excedente que, embora excluída, é funcional para a dinâmica do sistema.

Marx teria considerado frágil a terapia keynesiana para o desemprego, pois contra ela continuariam a operar o que chamou de "leis de tendência". Sua solução implicava combinar progresso técnico com diminuição planejada da jornada de trabalho, remetendo a existência humana, cada vez mais, para o mundo da cultura. O homem, ele dizia, deve aos poucos deixar de fazer o que as máquinas e a natureza podem fazer, para, no limite, dedicar-se ao que só ele pode fazer, como estudar matemática e compor sinfonias. É a mais bela solução.



ALTERNATIVA BRASIL

A Fundação João Mangabeira promoveu, no início de dezembro, um debate com especialistas na área econômica que buscam alternativas para a crise atual, a retomada do crescimento e o fim da recessão. A iniciativa “Alternativa Brasil: visão de esquerda para a condução da economia no momento de crise” aconteceu no Senado Federal e contou com a presença de parlamentares socialistas, militantes e os professores universitários, especialistas em economia brasileira Maria de Lourdes Mollo, Marcelo Medeiros e Evilásio Salvador. Foram debatidos temas como o desequilíbrio na distribuição da carga tributária no Brasil, que desfavorece a classe trabalhadora mais vulnerável da sociedade; o papel do Estado no desenvolvimento da economia; e os caminhos para redução da desigualdade social. Tudo transmitido ao vivo e disponível no site www.tvjoamangabeira.org.br ■

TRANSPARÊNCIA

A Fundação João Mangabeira produziu o documentário “PSB e Transparência: uma lei para um novo Brasil”. No filme a Lei da Transparência, que completa 6 anos, é revisitada. Entrevistas com o autor senador João Capiberibe (PSB/AP), com o governador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), o ex-governador Renato Casagrande (PSB/ES), o presidente do PSB Carlos Siqueira, o jornalista Fernando Rodrigues e com Gil Castello Branco, da Associação Contas Abertas, são a linha condutora para que

o telespectador conheça melhor esse instrumento para o efetivo controle dos gastos públicos e combate à corrupção. O vídeo foi lançado no dia 5 de novembro no Rio de Janeiro por ocasião do encontro da Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL), que debateu a transparência como ferramenta contra corrupção. Em Brasília o lançamento ocorreu no Senado durante a realização do seminário “Alternativa Brasil”. ■

MULHERES

Aconteceu em novembro, na sede da FJM, em Brasília, mais uma edição do Bate-Papo Online, dessa vez o tema foi “O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil”. O evento foi uma realização conjunta entre a FJM, Secretaria Nacional de Mulheres, Secretaria de Mulheres do PSB-DF e a Coordenação da FJM-DF. O debate incluiu especialistas na área, líderes políticos, representantes de instituições e ativistas. Sob a condução do presidente da Fundação, Renato Casagrande foi destaca-

do os 16 dias de Ativismo da Campanha da ONU Mulheres “Una-se” pelo fim da violência contra mulheres, que aconteceram entre os dias 25 de novembro a 10 de dezembro de 2015. O evento foi transmitido ao vivo e está disponível no site www.tvjoamangabeira.org.br ■



NEGRITUDE

Também no mês de novembro, a FJM realizou uma edição do Bate-Papo Online para debater o genocídio da população negra no Brasil. O evento foi realizado em parceria com a Secretaria Nacional da Negritude Socialista, no dia que antecedeu a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em Brasília. Mais de 100 pessoas debateram as causas e os desafios para o enfrentamento desse quadro dramático do genocídio dos negros na sociedade brasileira. O evento foi transmitido ao vivo e está disponível no site www.tvjoamangabeira.org.br ■



Estado Presente

A FJM lançou recentemente o livro “Estado Presente em Defesa da Vida”. Um novo modelo para a segurança pública, implantado durante quatro anos no Espírito Santo, com excelente resultado na redução da criminalidade em todos os níveis, principalmente, na taxa de homicídios. O lançamento contou com a presença de mais de 500 pessoas, com estudantes, policiais, líderes e autoridades de segurança pública capixaba. Um público atento ouviu a apresentação feita pelo ex-governador e atual presidente da FJM, Renato Casagrande, o pesquisador do IPEA, especialista de segurança pública Daniel Cerqueira e o ex-secretário de Estado de Ações Estratégicas, o policial federal Álvaro Fajardo. Outros Estados se interessaram em organizar o lançamento do livro. Em Goiânia, a senadora Lúcia Vânia, convidou os representantes de instituições que trabalham no enfrentamento à violência e, com o presidente da FJM, Renato Casagrande, apresenta o “Estado Presente” para o Estado de Goiás, no início de dezembro. ■

FJM prepara socialistas para COP21

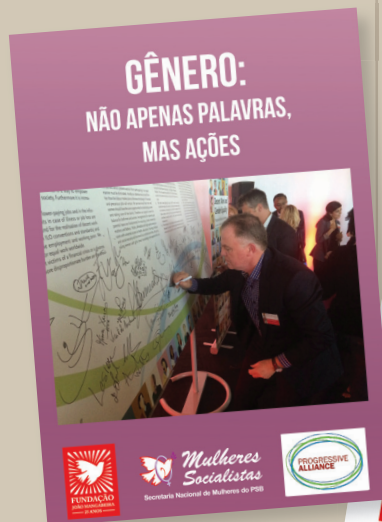
Com o objetivo de discutir a participação brasileira na Conferência das Partes sobre o Clima, realizada pelo ONU, em Paris, a COP21, a FJM realizou um “Café com Política” sobre sustentabilidade e mudanças climáticas. O ex-deputado Federal e uma das referências nacionais sobre o tema, Alfredo Sirkis, foi o expositor



e provocou os convidados com informações atuais e preocupantes sobre a escala do aquecimento global que afeta o planeta. Deputados e senadores socialistas, além do presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, militantes, dirigentes do governo de Brasília estiveram presentes e contribuíram com intervenções e análises durante o evento. ■

Igualdade de Gênero

A FJM editou e lançou durante o 2 Encontro Internacional de Mulheres Socialistas, realizado no mês de dezembro, no Recife, um documento elaborado pela Alianza Progressive, na conferência de Rotterdam que tratou sobre a igualdade entre homens e mulheres no mundo. “Gênero: não apenas palavras, mas ações” combate todas as possibilidades de discriminação contra a mulher. Assinado por líderes dos principais partidos progressistas de esquerda no mundo, o documento aponta princípios fundamentais de igualdade que devem ser estar presentes em governos socialistas. ■



25 ANOS FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA



FUNDAÇÃO
JOÃO MANGABEIRA
— 25 ANOS —



AO VIVO

25 anos de história em prol do
socialismo democrático no Brasil

www.facebook.org/Fjoaomangabeira

twitter.org/fj_mangabeira

